

PÁG 2 Abraceel elege novo Conselho de Administração

PÁG 4 Abraceel e Aneel discutem mercado varejista, devolução de créditos tributários e segurança de mercado

PÁG 6 Abraceel assumirá a Coordenação Geral do Fórum do Gás em 2022

PÁG 9 CCEE apresenta proposta para leilão de capacidade

PÁG 12 Sexta Livre: Limp discute agenda do setor de energia em 2021

PÁG 15 Sábado Livre: Setor elétrico realiza primeira reunião para discussão do estudo Thymos

PÁG 17 Para EPE, expansão via mercado livre é incontestável

PÁG 19 Curtas

PÁG 23 Próxima semana

PÁG 24 Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Abraceel elege novo Conselho de Administração

Matéria em 1 minuto

- Para o biênio 2021-2023, as associadas elegeram: Ricardo Lisboa para a presidência e, como Vice-Presidentes: Alessandro de Brito Cunha, Camila Schoti, Daniel Marrocos, Eduardo Diniz, Paulo Tarso, Paulo Toledo e Ricardo Motoyama;
- AGO teve presença recorde de 97 associadas das 99 empresas filiadas à Abraceel.



Tempo de leitura:
2 minutos

Foram eleitos no dia 11.03, em Assembleia Geral Ordinária, os integrantes do Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2021-2023. Por força da pandemia, a AGO ocorreu totalmente online, utilizando o sistema da empresa Eleja Online, contratada da Abraceel exclusivamente para realização do evento.

A AGO teve a excepcional participação de 98% das associadas, estando presentes 97 das 99 empresas filiadas à Abraceel, recorde histórico, o que demonstra o claro interesse das associadas em influenciar a governança da Associação. Nesse aspecto, é relevante destacar que a eleição direta para o Conselho é um dos pontos altos dos mecanismos democráticos que regem a Abraceel, no qual cada associada tem direito a um voto, isto é, não há diferença no peso do voto entre as empresas.

A abertura para as candidaturas ocorreu no dia 08.01 de 2021 e finalizou no dia 09.03. Nesse período, 14 candidaturas foram apresentadas. No pleito, realizado de forma eletrônica, cada candidato inscrito teve três minutos para sintetizar as razões que os levaram a participar da eleição e o que pretendiam para o biênio.



Os candidatos eleitos, em linhas gerais, enfatizaram o caráter plural da Associação e pautaram suas falas nos temas aprovados pelas associadas no planejamento estratégico da Associação, com foco na abertura e segurança do mercado e formação de preço, enfatizando o propósito de trabalhar para aprovação das iniciativas de modernização do mercado de energia brasileiro.

Realizada a eleição, a composição do Conselho para o período de março de 2021 a março de 2023 ficou a seguinte, em ordem de votos recebidos:



Ricardo Lisboa
Delta



Alessandro de Brito Cunha - BC Energia



Camila Schoti
Eneva



Daniel Marrocos
Newcom



Eduardo Diniz
Votorantim



Paulo Tarso
Vivaz



Paulo Toledo
Ecom



Ricardo Motoyama
CPFL Soluções

Finalizada a primeira etapa, os conselheiros eleitos se reuniram para decidir os candidatos à presidência do Conselho. Apenas Ricardo Lisboa se candidatou, tendo sido reeleito. Lisboa assumiu o posto de presidente do Conselho pela terceira vez consecutiva.

Parabenizamos os candidatos eleitos, ao tempo que registramos nossos agradecimentos a todos os candidatos que se inscreveram no processo eleitoral, que certamente almejam continuar a contribuir para os objetivos da Associação e para o crescimento sustentável do mercado livre de energia.

Agradecemos também a empresa Eleja Online, que realizou uma votação segura e sem problemas operacionais e a todos os associados que participaram da AGO online, com presença recorde, em especial aos que se voluntariaram a participar da mesa dos trabalhos eleitorais: Fabiana Polido (Ômega), Brenda Ruhle (BP) e Cláudio Monteiro (Matrix), que a presidiu.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Abraceel e Aneel discutem mercado varejista, devolução de créditos tributários e segurança de mercado

Matéria em 1 minuto

- SRM solicitou à Abraceel apresentação de proposta para regulamentação das diretrizes sobre o mercado varejista estabelecidas pela Lei 14.120/21 (conversão da MP 998);

- Sobre a devolução de créditos tributários, Júlio explicou que a proposta da Aneel estabelece que os valores serão descontados na fatura de energia, por meio de seu rateio pelo conjunto de consumidores, sendo definidas cotas parte de cada um deles e a cada ciclo de faturamento, de modo que a considerar sua participação no faturamento mensal de todas as UCs;

- SRM solicitou à Abraceel proposta mais detalhada sobre o aprimoramento da segurança de mercado e ressaltou a importância da realização de workshop entre Aneel, CCEE e Abraceel para tratar do tema;

- Abraceel enfatizou que sua proposta foi apresentada à CCEE, e aguarda as considerações da Conselheira Roseane Santos para definir os próximos passos.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 08.03, a Abraceel se reuniu com o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado (SRM) da Aneel, Júlio Ferraz, e equipe. Na pauta, aprimoramento do mercado varejista, devolução de créditos tributários aos consumidores e segurança de mercado.



Comercialização Varejista

Iniciando a reunião, a Abraceel questionou a Aneel sobre a regulamentação das diretrizes sobre o mercado varejista de energia estabelecidas na Lei 14.120/21 (MP 998), pois há necessidade de revisão do tratamento da desmodelagem do consumidor representado inadimplente.

Hoje, a regulamentação da Aneel – Resolução 570/13 – prevê que o comercializador varejista permaneça responsável pelas cargas dos consumidores que representa até a execução da suspensão do fornecimento de todas as unidades consumidoras do inadimplente. A Lei 14.120/21, contudo, alterou essa premissa, ao determinar que o consumidor que não cumpre seu contrato deva diligenciar pela continuidade de seu atendimento,

se ocorrer o encerramento de sua representação pelo varejista, que é o caso previsto em caso de resolução contratual por inadimplemento, “vedada a imposição ao gerador varejista ou ao comercializador varejista de quaisquer ônus ou obrigações não previstos nos contratos ou em regulamento da Aneel”.

O Superintendente entendeu o ponto, se prontificou a discutir o mérito da questão e solicitou à Abraceel proposta para que a área técnica analise a pertinência de revisar a regulamentação do tema. A Abraceel concordou e prontificou-se a apresentar sua demanda, que elaborará em conjunto com suas associadas.

Devolução créditos tributários

Na sequência, a Abraceel pediu esclarecimentos sobre a operacionalização da devolução dos créditos tributários decorrente de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, âmbito da consulta pública Aneel 05/21.

Júlio Ferraz explicou que esse ponto específico está sendo conduzido pela Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) da Agência, mas que a proposta da Aneel possui como premissas a transparência da devolução ao consumidor e sua efetivação no menor prazo possível, uma vez que parcela relevante dos valores está disponível.

Informou que a proposta em consulta pública estabelece que os valores serão descontados nas faturas de energia, por meio de seu rateio pelo conjunto de consumidores, sendo definidas cotas parte de cada um deles a cada ciclo de faturamento, de modo a considerar sua participação no faturamento mensal de todas as UCs. Nesse caso, o consumidor cativo teria cota parte calculada com base no pagamento do fio e energia, ao passo que para o consumidor livre será apenas no pagamento do fio.

Além das premissas utilizadas, a Agência busca uma solução que permita a devolução dos créditos de forma equilibrada com os recursos existentes para tal operação, pois, embora entendam que o ideal seria realizar a devolução individualizada para cada consumidor, consideram não ser possível, visto que as distribuidoras não possuem os dados necessários de cada agente referente ao período das ações judiciais. O tema está na pauta da reunião do Grupo Técnico da Abraceel da próxima terça-feira, 16.03, às 11h.

Segurança de mercado

Por fim, a SRM solicitou à Abraceel que acelere o detalhamento de sua proposta sobre o aprimoramento da segurança de mercado, e ressaltou a importância da realização de workshop entre Aneel, CCEE e Abraceel, de modo a melhor discutir o tema, além da possibilidade de receber sugestões dos interessados. A Abraceel enfatizou que sua proposta foi apresentada à CCEE, e que aguarda as considerações da Conselheira responsável pelo tema na Câmara, Roseane Santos, para avaliar os próximos passos.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Abraceel assumirá a Coordenação Geral do Fórum do Gás em 2022

Matéria em 1 minuto

- Fórum do Gás terá como prioridades para 2021 a aprovação da Lei do Gás, ações institucionais para diversificação da oferta e acesso ao mercado e aprimoramento das regulações estaduais;
- Abrace apresentou estudo que traz ranking da regulação estadual do mercado de gás natural. Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro são os três primeiros lugares no ranking, apesar de todos terem notas baixas, o que reforça a urgência por aperfeiçoamentos;
- Paulo Pedrosa é reconduzido ao cargo de Coordenador-geral do Fórum. Bernardo Sicsú é eleito Sub-Coordenador Geral em 2021, com o compromisso de assumir a Coordenação Geral em 2022.

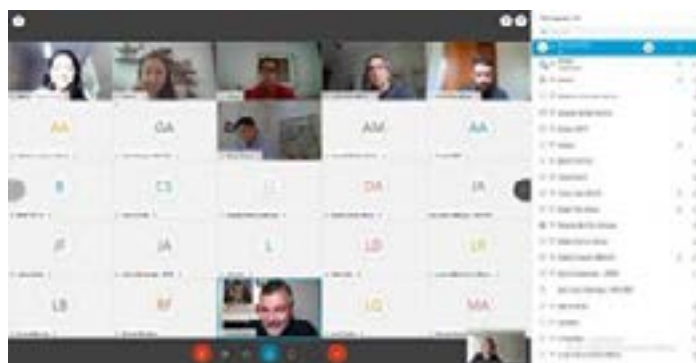


Tempo de leitura:
3 minutos

A primeira reunião ordinária do Fórum do Gás de 2021 foi realizada no dia 10.03. Na pauta, aprovação da Agenda de Trabalho de 2021, apresentação do estudo Abrace, ranking da regulação estadual e eleição dos membros representantes.

Agenda de Trabalho 2021

Iniciando a reunião, a secretaria executiva do Fórum do Gás apresentou a proposta de agenda de trabalho para 2021, que possui foco nos seguintes temas: (i) aprovação da Lei do Gás (PL 4.476/20) com o texto originalmente aprovado na Câmara dos Deputados; (ii) ações institucionais para diversificação da oferta e acesso ao mercado e (iii) aprimoramento das regulações estaduais, com foco nos estados considerados estratégicos definidos em 2020.



Diversificação da oferta e acesso ao mercado

Sobre o tema "ii", que trata das ações institucionais para diversificação da oferta e acesso ao mercado, ficou acordado entre os constituintes do Fórum que será agendada reunião com o Cade, de modo a cobrar o cumprimento das ações efetivas para introduzir a concorrência no mercado de gás.

Adicionalmente, também serão agendadas reuniões com as seguintes organizações: (i) Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), responsável por analisar eventuais medidas de aumento da flexibilidade e desconcentração de mercado; (ii) ANP e ATgás, visando a definição de cronograma para realização das chamadas públicas coordenadas para contratação de capacidade de transporte; e (iii) IBP e produtores, com objetivo de identificar riscos e oportunidades para contratação de gás que não poderá mais ser adquirido pela Petrobras.

Em relação ao aprimoramento das regulações estaduais, o objetivo da Agenda de 2021 do Fórum é atuar para publicação das diretrizes federais para aprimoramento da regulação estadual pela ANP e sensibilizar estados estratégicos em adotá-las, além de continuar buscando o aprimoramento das regulações estaduais, de forma coerente com as premissas do programa Federal Novo Mercado de Gás.

Estudo Abrace – Ranking da Regulação Estadual

Dando sequência à reunião, Luiza Seyko, da Abrace, apresentou estudo realizado pela Associação, que traz como resultado um ranking da regulação estadual do mercado de gás natural. Segundo a metodologia apresentada, são atribuídas notas percentuais para cada avanço regulatório contido nas regulações estaduais.

Dessa forma, nas três primeiras posições do ranking estão os estados da Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro, que, respectivamente, obtiveram as pontuações 60%, 55% e 54%, sendo a pontuação máxima de 100%. Já os estados que ocupam as três últimas posições do ranking são Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

O estudo considera apenas os estados que já possuem regulação referente ao mercado livre de gás, ou seja, os estados não listados possuem nota zero. Além disso, as notas baixas refletem a urgência por aprimoramentos nas regulamentações. Em breve o estudo estará disponível no site da Abrace.

Eleição dos membros representantes

Finalizando a pauta da reunião, foi realizada a eleição dos membros representantes do Fórum do Gás para o ano de 2021. Os constituintes do Fórum sugeriram e aprovaram a recondução da atual Coordenação, comandada pelo Coordenador-geral Paulo Pedrosa da Abrace. Pedrosa ponderou que se há uma circunstância positiva em não mudar a coordenação diante do contexto atual, há também um aspecto negativo, principalmente na falta de renovação, e assim, sugeriu a criação do cargo de Sub-Coordenador Geral, que assumiria o cargo do Coordenador-geral no ano seguinte.

Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, foi o nome sugerido pelos demais para assumir a posição de Coordenador Adjunto em 2021. Conseqüentemente, no ano de 2022 a Abraceel assumirá a Coordenação Geral do Fórum do Gás.

Ademais, também foi aprovado que a vaga de Subcoordenador deixada pela Abraceel será assumida em 2021 por Luís Fernando Quilici, da Aspacer/Anfacer. Permanecem os demais Subcoordenadores, Daniel Pina da Abiape e Lucien Belmonte da Abvidro.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

Ainda no dia 10.03, a Agência epbr, em parceria com o movimento Gás para Sair da Crise, realizou o webinar “Lei do Gás: qual o melhor projeto para o Brasil?”, que contou com presença do deputado federal Laércio Oliveira (PP-SE), relator do PL do Gás na Câmara, e do secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, José Mauro.

A convite dos organizadores, o Fórum do Gás, representado por Bernardo Sicsú, elaborou pergunta ao deputado Laércio Oliveira sobre a convergência em torno do texto original que obteve 351 votos favoráveis na Câmara e que conta com apoio do governo federal, produtores, transportadores, comercializadores e consumidores.



O Ministro Bento Albuquerque gravou mensagem especial para o webinar, na qual reforça que o PL original aprovado na Câmara no final do ano passado é o melhor para o país, sendo urgente sua aprovação para contribuir com a retomada da economia. Após sofrer alterações no Senado, o texto voltou para a Câmara e poderá ter sua votação final na próxima semana. A íntegra do encontro, que já tem mais de 6.500 visualizações, pode ser conferida no link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=7A_a8Wo2LZA

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

CCEE apresenta proposta para leilão de capacidade

Matéria em 1 minuto

- Proposta da CCEE prevê contratação centralizada via leilões de reserva de capacidade, com alocação dos custos no ACR e ACL, via encargo proporcional ao consumo (ou outra forma de rateio);
- CCEE entende que a proposta está coerente com o que pretende o Comitê da Modernização do MME e alinhada com as ideias de separação lastro e energia;
- Informou que o primeiro leilão poderia já acontecer no segundo semestre do ano, uma vez que a depende apenas do formulador de políticas e por isso pode ser implementada no curtíssimo prazo.



Tempo de leitura:
3 minutos

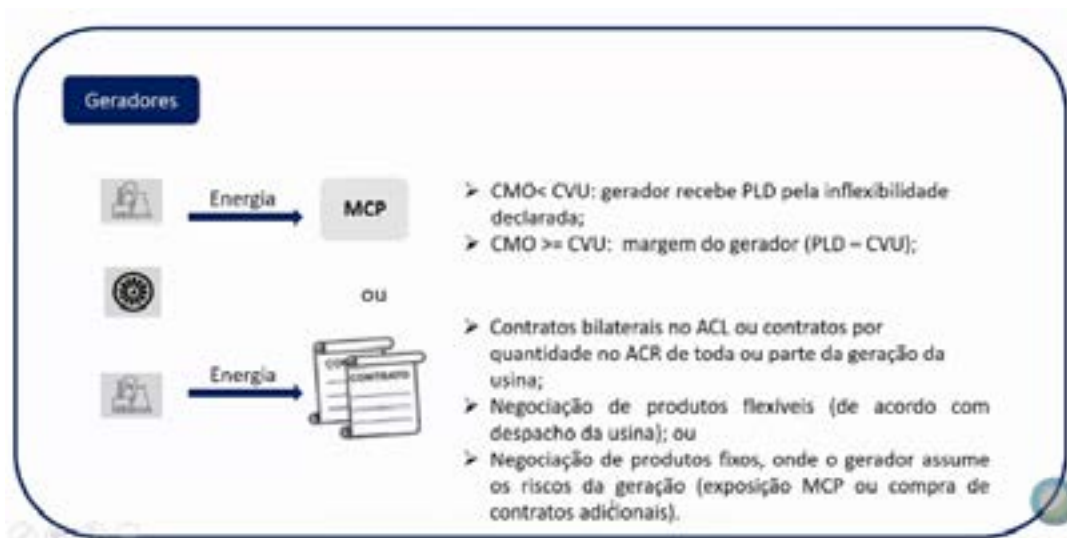
No dia 08.03, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com a equipe da CCEE, representada por seu presidente, Rui Altieri, e pelo Gerente Executivo de Regulação e Capacitação, César Pereira, para apresentação da proposta da Câmara sobre o mercado de capacidade.

César Pereira explicou que a metodologia para a realização de um leilão de reserva de capacidade já estava prevista no arcabouço legal e ganhou mais robustez com a conversão da MP 998 em lei. A proposta da CCEE prevê contratação centralizada via leilões de reserva de capacidade, com alocação dos custos no ACR e ACL, via encargo proporcional ao consumo (ou outra forma de rateio). Assim, a energia e a garantia física permanecem com o gerador – inclusive a inflexibilidade, podendo ser comercializada por meio de contratos ou liquidada no mercado de curto prazo.

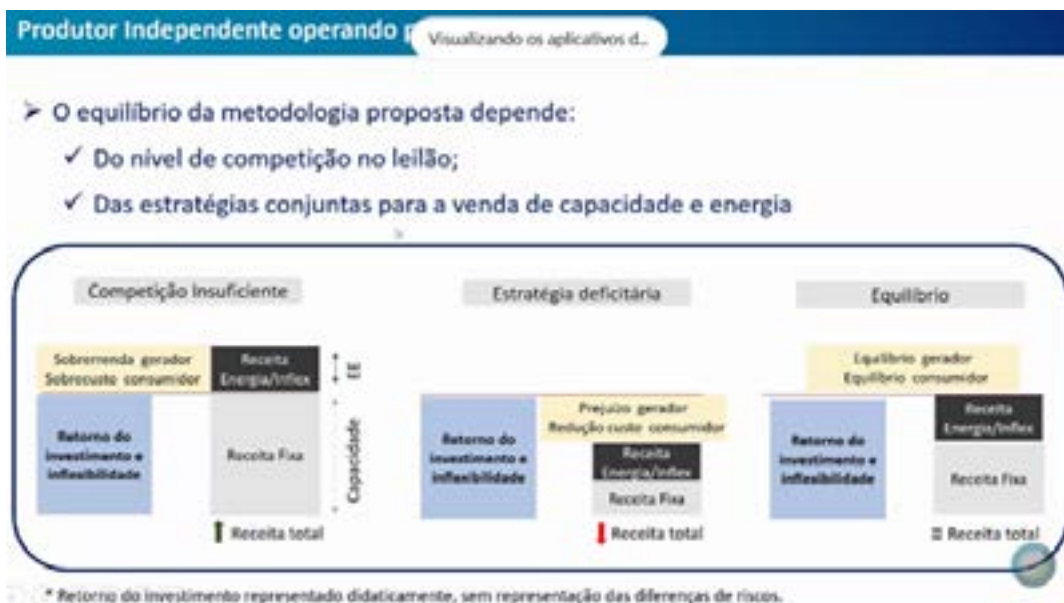
Pela proposta, a CCEE seria a responsável por cobrar o encargo e pagar uma receita fixa ao gerador. Seria criado um novo contrato para o pagamento pela capacidade e que não entraria na contabilização normal da CCEE. A CCEE expôs que sua intenção foi permitir que o empreendedor decida a forma que prefere viabilizar seu investimento, criando suas próprias estratégias para negociar energia, deixando o mercado definir inclusive possibilidades de leilões combinatórios. Essa visão está alinhada com a da Abraceel, de menos definição via Estado e mais definição via agentes.



A proposta não tem limitação para inflexibilidade, e apesar de essa ser considerada, não interfere no modelo. Segundo César, a inflexibilidade pode parecer um complicador, mas pode facilitar o negócio, já que o agente sabe que vai gerar essa inflexibilidade e que tem que liquidar a energia gerada. A CCEE enxerga que pode haver resistência do gerador térmico ao risco, mas considera que o diferencial estará na sofisticação de estratégias para viabilizar essas usinas, e nesse contexto a criação de produtos pode ser auxiliada pelas comercializadoras.



O equilíbrio da metodologia proposta depende do nível de competição do leilão e das estratégias conjuntas para a venda de capacidade e energia. Assim, o empreendedor pode buscar no mercado de capacidade aquela receita que ele não consegue obter no mercado tal como é hoje (missing money). Reginaldo Medeiros lembrou que é preciso pensar nas travas para o leilão, para evitar os “aventureiros”. A CCEE está confiante que possa existir competição suficiente para o leilão, tendo em vista o número de projetos cadastrados nos últimos certames, e que existem empreendedores sérios para viabilizar a capacidade necessária, com empreendimentos que, de fato, vão sair do papel.



Embora a energia não seja comprada, a metodologia do leilão deve buscar a contratação dos empreendimentos mais eficientes, que reduzem o custo de operação e encargos. Para a seleção das ofertas vencedoras, a receita fixa (bid) deve ser ajustada por outros parâmetros, como (i) CVU da usina, (ii) nível de inflexibilidade e (iii) parâmetros que impactam no unit commitment. Dessa forma, ainda que o gerador faça estudos coerentes, há um incentivo claro para sempre melhorar sua operação e performance, pois significa mais retorno para o próprio gerador.

Concluindo, a CCEE entende que a proposta está coerente com o que pretende o Comitê da Modernização do MME e alinhada com as ideias de separação lastro e energia. Questionada pela Abraceel, informou que o primeiro leilão poderia já acontecer no segundo semestre deste ano, uma vez que a proposta não depende de sistemas, mas apenas do formulador de políticas e por isso pode ser implementada no curtíssimo prazo. A Abraceel agradeceu a apresentação e pediu para que em outra reunião fosse discutida a operacionalização do encargo, que é um ponto de preocupação.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Sexta Livre: Limp discute agenda do setor de energia em 2021

Matéria em 1 minuto

- MME se reuniu com a Casa Civil durante a semana para fechar uma posição sobre o PL 414/21 (ex PLS 232/2016);
- Expectativa é que o projeto seja aprovado em curto prazo e com o mínimo de alterações possíveis.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em mais uma tradicional Sexta Livre tivemos no dia 12.03 como convidado o Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, para discutir a agenda do setor de energia, com foco no Legislativo, em 2021.



Iniciando a Sexta Livre, Limp agradeceu o convite da Abraceel e disse que é a terceira live que participa da Associação e que vê com bons olhos o fato de que toda live possa trazer novidades para as associadas, visto que importantes fatos aconteceram no setor elétrico. Destacou a aprovação da MP 998 e posteriormente sua sanção presidencial, assim

como o envio da MP de Capitalização da Eletrobrás para o Congresso Nacional.

Medida Provisória 998

Reforçou que a MP traz inovações importantes para a modernização do modelo atual do setor, que está esgotado, tais quais: criação do mecanismo de contratação de capacidade, aprimoramentos no comercializador varejista e cronograma para o fim do desconto na TUSD para novos projetos de energia incentivada. Complementou afirmando que esses pontos permitem estabelecer uma fase de transição na direção de um setor elétrico mais moderno e com foco no consumidor.

Medida Provisória 1031 (Capitalização da Eletrobras)

Disse que desde 2017 o governo tem trabalhado com afinco para avançar na questão, que inicialmente sofreu bastante resistência popular e parlamentar. Entretanto, mesmo que o projeto não tenha avançado como o esperado, o governo se reuniu ao longo dos anos com as principais lideranças partidárias com o objetivo de explicar a importância

da capitalização da empresa. Disse que a recepção do Congresso em relação à MP foi bastante positiva e que, sem dúvida, o projeto amadureceu ao longo dos anos, ainda que aprimoramentos precisem ser realizados.

Em conversa com o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), o relator da MP afirmou que quer avançar no projeto com a maior brevidade possível. Dado o rito de tramitação da Medida Provisória, o prazo para tramitação nas duas casas encerra-se em 20 de junho.

PL 414/21 (ex PLS 232/2016)

Sobre o projeto de modernização do setor elétrico, o Secretário disse que se reuniu com a Casa Civil durante a semana para fechar uma posição sobre o projeto e que, apesar da prioridade do governo agora ser a capitalização da Eletrobras, essa não impede o andamento do PL 414 no Congresso.

Disse que atualmente há grande sensibilidade do Congresso com projetos do setor elétrico e que a expectativa é que o PL 414 seja aprovado com o mínimo de alterações possíveis e no curto prazo.

Apesar de aprimoramentos serem necessários para aprovação do projeto, a MP 998 já endereçou vários pontos que estão no PL, o que é positivo, especialmente em relação ao fim do desconto na TUSD para novos projetos de energia incentivada, ponto que costumava ser alvo de bastante polêmica. Finalizou o tema afirmando que o MME está tendo conversas constantes com a Abraceel para discutir temas em específico para abertura do mercado de energia, tendo como base os pontos endereçados no estudo Thymos.

Formação de preço

Disse que o tema está sendo bastante discutido no âmbito do MME, dado os recentes casos de despacho fora da ordem de mérito e baixa dos reservatórios. Apesar da necessidade de serem realizados aprimoramentos no modelo, foi enfatizada a importância de manter o mecanismo de formação de preços democrático.

Em relação ao preço horário, o presidente do Conselho, Ricardo Lisboa afirmou que a Associação não tem grandes críticas, mas que é necessário focar em aperfeiçoamentos no preço por modelo, de forma a aproximar preço e operação.

Sobre preço por oferta, o Secretário disse o tema está endereçado no PL 414/21 e também nas prioridades regulatórias do ONS, mas que será implementado somente se houver segurança, sendo necessário estudar questões como segurança do suprimento, poder de mercado e eventuais custos e benefícios em relação ao preço por modelo. A Abraceel destacou a necessidade de participação dos agentes nas discussões e que os esforços devem ser concentrados no aprimoramento dos modelos utilizados para a formação de preços, de forma a eliminar o despacho fora da ordem de mérito econômico.

A Abraceel destacou a necessidade de participação dos agentes nas discussões e que os esforços devem ser concentrados no aprimoramento dos modelos utilizados para a formação de preços, de forma a eliminar o despacho fora da ordem de mérito econômico.

Separação lastro e energia

Apesar de ser uma das discussões mais relevantes da modernização do setor e estar sendo debatida no MME e EPE, o Secretário afirmou que há ainda muitos pontos a serem endereçados sobre a questão, que vem sendo estudada pelas autoridades.

Finalizando a reunião, Reginaldo e Lisboa agradeceram a disponibilidade do Secretário e o debate tão relevante para todas as associadas.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Sábado Livre: Setor elétrico realiza primeira reunião para discussão do estudo Thymos

Matéria em 1 minuto

- Participaram representantes do MME, EPE, ONS, Aneel e CCEE, totalizando 110 presentes para discutir o estudo Thymos;
- Discussões sobre medição e contratos legados foram a tônica do primeiro debate.



Tempo de leitura:
2 minutos

O estudo da Thymos sobre a abertura integral do mercado elétrico brasileiro tem alcançado um efeito bastante positivo nos tomadores de decisão do setor. Após reunião para apresentação do estudo ao Ministério de Minas e Energia no dia 09.02 (detalhes na edição do dia 12.02 do Relatório Semanal), a pasta solicitou três reuniões para discutir em detalhes os caminhos ali apresentados para promover a abertura.

A primeira reunião aconteceu no sábado, 06.03, com a presença de 110 pessoas do MME, EPE, ONS, ANEEL e CCEE, com destaque para a participação de Marisete Pereira (Secretária Executiva do MME), Rodrigo Limp (Secretário de Energia Elétrica), Agnes Costa (Chefe de Assuntos Regulatórios do MME), Sinval Gama (Diretor do ONS), Marcelo Loureiro (Conselheiro da CCEE) e Hélvio Guerra (Diretor da Aneel). A condução foi conduzida pelos consultores Alexandre Viana e Victor Ribeiro, da Thymos. A diretoria da Abraceel também esteve presente no encontro.

Destacamos que a Portaria 465 do MME determinou que até janeiro de 2022, CCEE e Aneel apresentem estudo sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW. Com o estudo da Thymos, a Abraceel está buscando fomentar a discussão com todo o setor para que, em conjunto, seja possível estabelecer qual será o melhor caminho. É por isso que o estudo não possui propostas determinantes, apenas alternativas com seus prós e contras para discussão dos agentes.

No primeiro encontro, discussões sobre medição e contratos legados foram a tônica do debate. Sobre medição, o grande avanço na discussão é a compreensão de que o tema não deve ser impedimento para a abertura do mercado, hipótese já levantada em outras discussões sobre o tema. Apontou-se que nas quatro alternativas apresentadas pelo estudo caberia também a figura do agregador de medição. Em relação aos contratos legados, as alternativas seriam (a) uma centralizadora de contratos para gerir os legados ou (b) a negociação via comercializadora da distribuidora.

Ao final da reunião, a secretária Marisete agradeceu o encontro e reforçando que “o nosso compromisso é entregar para sociedade em setor elétrico melhor!”. Agnes pontuou que fica “muito feliz quando as associações nos ajudam a avançar as agendas e dessa forma, com alternativas, vantagens e desvantagens, ajuda muito! Obrigada!”.

A Abraceel reforçou que esse é o compromisso da Associação, isto é, contribuir na construção de um setor de energia eficiente, moderno e livre! A segunda reunião acontecerá amanhã, 13.03, para discussão dos demais tópicos do estudo.

Para EPE, expansão via mercado livre é incontestável

Matéria em 1 minuto

- Abraceel discute com Epe a nova dinâmica da expansão da oferta no Brasil, tendo em vista o estudo da Associação sobre o tema;
- Houve mudança complexa de paradigma, sem mercado livre não há expansão.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 11.03, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu com Thiago Barral, Presidente da EPE, e equipe, para discutir a nova dinâmica da expansão da oferta no Brasil, tendo em vista o estudo da Abraceel de fevereiro deste ano. Inicialmente, Barral destacou que a Abraceel está sendo um agente muito importante no processo da modernização, com postura propositiva, e enfatizou o papel da associação de questionar paradigmas.

Bernardo Sicsú apresentou os principais destaques do estudo, que apresenta dados que apontam o mercado livre como carro-chefe da expansão nos próximos anos. Dos 34,5 GW de geração prevista, 66% são destinadas exclusivamente para o mercado livre. Além disso, dos R\$ 142 bilhões de investimentos previstos até 2025, o mercado livre responde por R\$ 100 bilhões. Conclui-se que houve uma mudança complexa de paradigma e que sem mercado livre não há expansão.

Barral elogiou o estudo da Abraceel, que mostra números incontestáveis e que falam por si só. Segundo ele, a direção apresentada pelo estudo é um caminho sem volta, mas há uma preocupação de ocorrer uma estagnação se nada evoluir daqui para a frente. Para Barral, os números da expansão são ainda um prenúncio do conjunto de transformações que ainda precisam se consolidar.

Barral ressaltou que quando a EPE faz projeções de longo prazo e analisa as perspectivas para o consumidor, é inevitável o cenário em que todos os consumidores sejam livres, já que o custo de participar do mercado será cada vez menor em função da digitalização. Porém, considera que boa parte do crescimento do mercado livre “surfa” no desconto do fio para as fontes incentivadas, e já está em curso uma transição para a redução gradativa desses subsídios.

Ainda, informou sobre a evolução do tema precificação de carbono, também previsto na Lei 14.120, e que a EPE irá realizar workshop em breve sobre o tema. Convidou a Abraceel a participar por acreditar que a Associação tem muito a contribuir para a construção de

um mercado de carbono no país. Destacou também como importante para o mercado livre a pauta da transmissão, para que os projetos desse segmento não enfrentem gargalos. Reginaldo Medeiros expressou total convergência com o que foi apontado por Barral, adicionando a necessidade de rever os requisitos de conexão para garantir isonomia no acesso dos empreendimentos.

A equipe da EPE ressaltou que o estudo inicial da Abraceel sobre expansão da oferta, de 2019, foi fundamental para a retroalimentação dos próprios estudos da EPE. Por fim, Barral discutiu com a Abraceel sobre a insustentabilidade do arcabouço regulatório atual de geração distribuída, que, para ele, deve ser incorporada ao mercado. Nesse sentido, Reginaldo lembrou aspectos da proposta de venda de excedentes de GD da Abraceel.





CURTAS

Abraceel discute venda de excedentes de GD com deputado Lafayette

O PL 5829/2019, que discute geração distribuída, teve requerimento de urgência aprovado para votação em plenário e o relator da matéria é o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). Com expectativa para deliberação no fim de março, a Abraceel solicitou reunião com o deputado para apresentação da proposta de venda de excedentes para o mercado livre de energia. Argumentando que o sistema atual impede a remuneração adequada da rede de distribuição e prevalece o sistema de “escambo”, Alexandre Lopes apresentou o pleito da Associação para permitir que micro e minigeradores distribuídos possam comercializar sua geração excedente no mercado livre. A associação destacou que essa proposta foi apresentada ainda em 2015, a CCEE desenvolveu o modelo operacional e a matéria foi incorporada no relatório final do Programa de Desenvolvimento de GD do Governo Federal - ProGD (formado por MME, Aneel, EPE, Cepel e CCEE). O deputado agradeceu a reunião e disse ser simpático à proposta. Solicitou o envio dos materiais e disse que iria se debruçar sobre o conteúdo para avaliar a inserção do mecanismo no projeto de lei.



Fecomércio-SP e Abraceel discutem mercado livre de energia

A Fecomércio-SP e a Abraceel estiveram reunidas no dia 09.03, via Zoom, para discutir o mercado livre de energia e as oportunidades para o comércio. No âmbito da CP 33, a Abraceel já tinha conversado com a entidade sobre a agenda da abertura de mercado. Atualmente, a pauta de energia consta na agenda da Fecomércio-SP e a Abraceel poderia contribuir tecnicamente com a discussão dos temas. Ao mesmo tempo, com vistas a defender a bandeira da abertura integral do mercado de energia, a Abraceel tem buscado conversar com diversos segmentos para além do setor elétrico, com o objetivo de conscientizar sobre as oportunidades da expansão do mercado livre.

Fiesp debate governança do setor elétrico

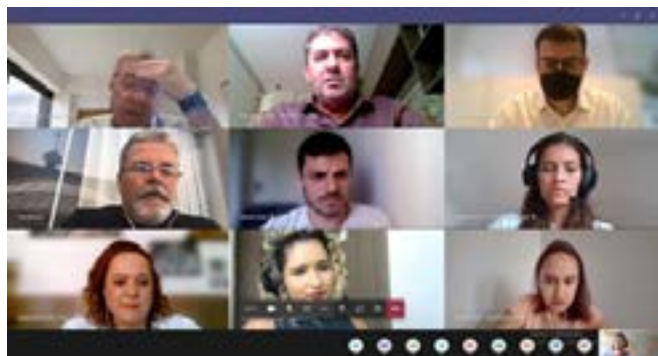
Como Diretor do Deinfra/Fiesp, Reginaldo Medeiros participou de reunião virtual do colegiado nesta quarta-feira, dia 10.03. O encontro teve como tema principal a governança do setor elétrico. Após apresentação dos temas relevantes para o setor de energia no início de 2021, foram realizadas duas palestras sobre o tema central da reunião. A primeira apresentação foi de Luiz Gustavo Kaercher Loureiro, sócio de Souto Correa Advogados, cujo texto básico está na área restrita da Abraceel. A segunda palestra foi proferida pelo professor Luciano de Castro, que atualmente é um dos diretores da divisão de Energia do Deinfra/FIESP, cujo material, ainda indisponível, estará na área restrita da Abraceel tão logo seja recebido.

Mercado Livre de Gás no Amazonas

No dia 10.03, a Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) aprovou o PL 108/21, que estabelece novo marco legal para o serviço de distribuição e comercialização de gás natural no Estado. De autoria do Governo do estado, a proposta visa dar maior competitividade ao setor, atraindo novos investimentos e ampliando o mercado. Vale lembrar que em 2020 a ALEAM chegou a votar e aprovar o PL 153/20, de autoria do deputado Josué Neto, regulando o livre comércio do gás natural. Entretanto, a proposta foi vetada pelo executivo, com a alegação de vício de iniciativa. A versão final do documento ainda não foi publicada no Diário Oficial do Estado, e assim que disponível será publicada na área restrita do site da Abraceel, seção “Documentos Gerais”.

Abraceel se reúne com a Raízen

No dia 01.03, as distribuidoras de gás canalizado do Centro-Sul do país lançaram nova chamada pública para aquisição de gás natural, com volume projetado de mais de 6 milhões m³/dia até 2024. A iniciativa é das empresas MSGÁS, GásBrasilião, Compagás, SCGÁS e Sulgás. O edital unificado e os respectivos termos de referência de cada distribuidora estão disponibilizados nos sites das distribuidoras.



Comercialização de Etanol

No dia 08.03, a Abraceel se reuniu com a equipe da associada Delta Energia e com escritório de advocacia Souto Correa para discutir o andamento da proposta de regulamentação do comercializador independente de etanol encaminhada à ANP no âmbito da consulta pública 17/20. Segundo o sistema de pesquisa processual da ANP (SEI), no dia 02.03, a Superintendência de Distribuição e Logística (SDL) concluiu a proposta de ação e minuta de resolução resultante da discussão pública em questão. Dessa forma, a Abraceel enviou carta ao Diretor-Geral da ANP, Rodolfo Saboia, solicitando a antecipação da reunião agendada para o dia 13.04, frente à possibilidade de o tema ser apreciado pela Diretoria da Agência antes dessa data e assim o motivo da reunião perder objeto. A reunião foi reagendada para o dia 29.03.

Segurança Cibernética

A Aneel abriu Consulta Pública 07/21, com prazo de contribuição até o dia 26.04, para receber contribuições a respeito da Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre segurança cibernética no setor elétrico, na busca por minimizar os impactos de incidentes do gênero no funcionamento do setor elétrico. Para ampliar a blindagem cibernética do setor e mitigar o problema regulatório de risco de incidentes, a Aneel propõe na CP a regulamentação dos itens de uma política de segurança energética, alinhada com a Resolução 01/21 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que instituiu grupo de trabalho para estabelecer diretrizes sobre o tema. Durante a deliberação acerca da consulta, a Diretoria da ANEEL também determinou que a Agência realize fiscalização nos centros de operação dos agentes da rede de operação

do ONS, para verificação do cumprimento do requisito de segurança cibernética estabelecido nos Procedimentos de Rede, e presente um panorama do resultado em até 120 dias. Também foi recomendado que o ONS estabeleça um documento operativo com as orientações ou critérios para definir a política de segurança e os recursos tecnológicos para proteção contra ataques cibernéticos na rede de supervisão e controle dos centros de operação. Para mais informações acesse: <http://bit.ly/2O89mgt>.

Contribuições Abraceel

Nesta semana, a Abraceel enviou contribuições às consultas públicas CP Agerba 01/21 – Modelos do termo de compromisso do comercializador e do contrato de movimentação de gás na Bahia e CP Aneel 02/21 – aprimoramento do submódulo 1.1 – “Adesão à CCEE” dos Procedimentos de Comercialização. A íntegra dos documentos está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.

ONS elege assuntos regulatórios prioritários até 2026

O ONS lançou seu primeiro mapa regulatório, no qual destaca os assuntos prioritários que serão acompanhados de perto pela organização até 2026. A proposta é promover, de forma antecipada, discussões regulatórias com o intuito de contribuir para a modernização do SEB, atendendo às expectativas dos agentes e da sociedade. Os 11 temas prioritários do ONS são:

- Recursos energéticos distribuídos
- Usinas híbridas
- Segurança cibernética

- Instalações estratégicas
- Liquidação financeira centralizada
- Contratação do uso do sistema de transmissão
- Fim da vida útil dos equipamentos, reforços e melhorias
- Resposta da demanda
- Uso múltiplo dos recursos hídricos
- Serviços ancilares
- Despacho e preço por oferta

Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3bz1qPo>.

CNPE estabelece áreas prioritárias para os recursos de pesquisa e inovação

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu, por meio da Resolução 02/21, temas que deverão ser priorizados na destinação dos recursos de pesquisa e desenvolvimento e inovação pela Aneel e pela ANP, sendo eles: (i) hidrogênio; (ii) biocombustíveis; (iii) armazenamento de energia; (iv) tecnologias para geração termelétrica sustentável; (v) transformação digital; (vi) energia nuclear e (vii) minerais estratégicos para o setor energético. Além disso, a Resolução estabelece que o MME terá prazo de 60 dias para avaliar a possibilidade e a forma de destinação de recursos de P&D à EPE, para realização de estudos sobre o setor de energia, e para elaboração de estudos para definição de novos sítios para instalação de futuras centrais de geração de energia termonuclear. A íntegra da Resolução está disponível em: <https://bit.ly/3bBYosd>.

Chamada Pública Incremental da TAG

Para melhor atender aos agentes interessados na contratação de capacidade incremental de transporte de gás natural, a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) prorrogou o prazo de envio do formulário de mapeamento de demanda para o dia 19.03. Além disso, é solicitado aos agentes interessados que indiquem a necessidade do início dos serviços antes de 2023 ou depois de 2028. Para mais informações acesse: www.ntag.com.br.

Reunião estratégica entre ONS e agentes

No dia 12.03, o ONS realizou a 1ª reunião estratégica com os agentes de 2021. Em sua fala de abertura, o Ministro do MME, Bento Albuquerque, destacou como perspectiva para o ano a consolidação da modernização do setor elétrico e a perspectiva de aprovação do PL 414 e também anunciou a realização do leilão de capacidade. Luiz Carlos Ciochi, Diretor Geral do ONS, destacou a situação preocupante dos armazenamentos neste começo de ano. Adicionou à sua fala a revisão do Planejamento Estratégico do ONS no final de 2020, que incluiu o tema sustentabilidade aos seus valores. O painel com convidados discutiu sustentabilidade, novos negócios e segurança do suprimento. Manuel Gorito, do BTG Pactual, ressaltou benefícios da entrada de novos atores do mercado financeiro no setor elétrico, como o aumento de liquidez.



Estudo do Ministério da Economia/PSR

No dia 12.03, a PSR entrevistou o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, no escopo do estudo de abertura do mercado elétrico contratado pelo Ministério da Economia. Com conclusão prevista para março de 2022, o estudo analisará diversos cenários de desenvolvimento do setor com vistas a avaliar os impactos das diferentes propostas. Serão analisadas questões como abertura total ou apenas alta tensão, obrigatoriedade de migração ou manutenção do comercializador regulado, preço por oferta ou por modelo, separação fio de energia e adoção de mecanismo de adequação de suprimento. As simulações envolvem a evolução da geração, transmissão, ambientes de mercado, migração, preço de equilíbrio, custo da segurança de suprimento e custo final de atendimento para os consumidores. Reginaldo Medeiros foi um dos vinte e dois stakeholders escolhidos para a fase de entrevistas.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

PRÓXIMA SEMANA

15.03 – segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com Roseane Santos, conselheira da CCEE, para tratar da segurança do mercado, às 9h;

Abraceel promove live “Economia e liberdade na energia: Isso é da sua conta!” em celebração ao Dia Mundial do Consumidor, com a participação do Idec e do Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), às 15h. O webinar acontecerá pelo zoom, através deste link;

Abraceel apresenta o Estudo Thymos de Abertura Integral do Mercado de Energia para a Subsecretaria de Energia do Ministério da Economia, às 16h30.

16.03 – terça-feira: Call do GT sobre a Consulta Pública Aneel 05/21: devolução de créditos tributários aos consumidores de energia, às 11h.

17.03 – quarta-feira: Diretoria Executiva participa do 1º encontro de interação da CCEE com as associações de 2021, às 14h;

Diretoria de Eletricidade e Gás participa do Encontro do PLD, realizado pela CCEE, às 15h;

Diretoria Executiva se reúne com Elisa Bastos, Diretora da Aneel, para discutir segurança de mercado, formação de preços e abertura do mercado, às 15h30.

19.03 – sexta-feira: Diretoria Executiva se reúne com Efrain Cruz, Diretor da Aneel, para tratar de Geração Distribuída, às 16h.

20.03 – sábado: Abraceel e Thymos realizam a terceira reunião com técnicos do MME para detalhar o estudo de abertura integral do mercado de energia, às 9h.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



CALENDÁRIO ABRACEEL

MARÇO

15.03 | 15h - Abbraceel realiza o webinar Um bate-papo com o consumidor, com o Idec e Deputado Paulo Ganime

16.03 | 11h - Call do GT sobre CP Aneel 05/21

ABRIL

08.04 | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

29.04 | 17h - Reunião do Conselho

MAIO

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)